

SANEAMENTO

Só metade das cidades atende às leis

TCE verificou que plano de resíduos sólidos não é realidade em mais de 47% dos municípios

Jessica Gustafson

jessica@jornaldocomercio.com.br

Com o objetivo de verificar o cumprimento da Lei nº 11.445/2007, que instituiu as diretrizes nacionais sobre o saneamento básico, e a Lei nº 12.305/2010, que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) realizou um questionário eletrônico com 442 municípios (número que respondeu à solicitação) dos 497 do Estado para saber se eles elaboraram seus planos sobre os temas. O resultado, divulgado nesta quinta-feira pelo órgão, mostrou que 52,3% possuem Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e 52,7% elaboraram o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

De acordo com Andrea Mallmann Couto, auditora do TCE e uma das responsáveis pela elaboração do trabalho, em agosto de 2012 se encerrou o prazo para a elaboração do plano de resíduos e, naquele momento, apenas 50 cidades haviam cumprido a lei. Assim, os municípios que

não elaboraram os documentos passaram a não receber recursos federais para ações na área. Já o prazo para a conclusão do plano de saneamento acaba em dezembro de 2015. "Mesmo sabendo que quase a metade das prefeituras não fizeram seus planos de resíduos sólidos, acreditamos que muitos deles acabarão fazendo dentro do próprio plano de saneamento, que contempla quatro itens, sendo um deles o de resíduos", explica.

Atualmente, apenas 59 cidades ainda não estão trabalhando na criação do plano de resíduos, e 50 ainda não se dedicam a construção do de saneamento. Segundo Andrea, o Estado se encontra em uma situação mais positiva que a do resto do País. O Ministério das Cidades estima que apenas 30% dos municípios brasileiros possuem instrumentos de planejamento das políticas públicas de saneamento, dando atenção específica à limpeza urbana e ao manejo dos resíduos sólidos.

Um dos pontos que mais surpreendeu o TCE foi a falta de participação da população na elaboração dos planos existentes,



Andrea Mallmann Couto criticou a falta de participação popular

com a realização, por exemplo, de audiências públicas. "O estudo demonstrou que 66% dos 231 cidades que possuem plano de resíduos e 61% dos 233 que produziram um projeto de saneamento desprezaram a exigência legal da participação social. Isso que a maioria possui conselhos de meio ambiente e não o utilizou", critica a auditora. O órgão espera que na revisão dos documentos,

prevista para ser feita em no máximo quatro anos, a falha seja corrigida.

Nesta primeira etapa, o TCE apenas avaliou os resultados do questionário e disponibilizou em seu site www.tce.rs.gov.br os planos enviados pelos municípios. A segunda etapa da pesquisa será a análise do conteúdo dos documentos e a compatibilidade com a legislação.

GUAÍBA

Hospital não tem previsão de abertura

Cláudia Rodrigues Barbosa

claudia@jornaldocomercio.com.br

Os moradores de Guaíba estão apreensivos. Em março, o prefeito da cidade, Henrique Tavares, anunciou que até setembro as portas do Hospital Regional de Guaíba estariam abertas para atender à população, sob a gestão do Hospital Beneficência Portuguesa, de Porto Alegre. A liberação do recurso para a construção de 31 leitos, via Banco Nacional do Desenvolvimento (Bndes), emperra em questões burocráticas, segundo a prefeitura.

Há quase um ano, a Celulose Riograndense lançou a pedra fundamental das obras de expansão da sua fábrica em Guaíba, após o governo gaúcho autorizar um aporte financeiro de R\$ 5 bilhões para a companhia. Como contrapartida, a empresa deve repassar ao município uma verba oriunda de financiamento do Bndes. Com a soma e outros recursos, os governos municipal, estadual, federal e Hospital Beneficência Portuguesa prometeram transformar a instituição de saúde em um hospital regional, com, no mínimo, 250 leitos.

O município concedeu o uso da área, de quase dois hectares, para o Beneficência administrar o futuro hospital. No espaço, funcionava a Secretaria Municipal de Saúde e o posto de pronto-atendimento Solon Tavares.

Cabia à prefeitura entregar uma maternidade de 1,7 mil metros quadrados, com quatro salas cirúrgicas, 11 leitos para recuperação, oito quartos, lavanderia, banheiros, refeitório, sala de esterilização e área administrativa. "Tudo isso está pronto. Faltou dinheiro para terminar os 31 leitos clínicos", explica Tavares. Para o governo do Estado repassar a verba de manutenção do novo hospital, é necessário que esteja tudo terminado e em condições de funcionar.

No entanto, até agora, nem o contrato entre Hospital Beneficência e prefeitura de Guaíba foi assinado. Previsto para dezembro do ano passado, talvez seja oficializado neste mês, conforme informa Tércio Tedesco, diretor-técnico do Beneficência.

"Agora está sendo cogitada a hipótese de Regime Diferencial de Contratações (RDC), porque foi a forma que os gestores estadual e municipal definiram. RDC, para uma obra de R\$ 32 milhões, é o previsto para o âmbito do SUS. Estamos aguardando retorno do governador Tarso Genro", afirma Tedesco.

MOBILIDADE

Com construção de ciclovia até a Encol, rede central ficará 85% concluída

Isabella Sander

isabella@jornaldocomercio.com.br

A finalização da Rede 1 de ciclovias, que integra a região central de Porto Alegre, está mais próxima de se tornar realidade. No início deste mês, a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) anunciou o início das discussões com a comunidade do bairro Santa Cecília a respeito da construção do trecho da ciclovia naquela área. Na primeira reunião, no dia 11 de julho, o gerente de Projetos Especiais do órgão municipal, Antônio Vigna, apresentou o plano preliminar para a população.

Com o término dessa parte da obra, a conclusão da rede

deve subir de 70% para 85%. A previsão é de que a ciclovia seja aberta até o final do ano. O trajeto vai da avenida Ipiranga, em frente ao Zaffari, até a Praça da Encol, passando pela rua Santa Cecília, pela avenida Neusa Goulart Brizola, pela avenida Nilópolis e, por fim, pela Nilo Peçanha.

Antes de apresentar o projeto final, a prefeitura fará pelo menos mais uma reunião com os moradores, o que deve ocorrer na metade de agosto. O objetivo desses encontros é definir ajustes, como cuidados com locais de carga e descarga, estocagem, pontos de táxi, entre outras questões da realidade dos entornos, segundo o gerente da EPTC.

Depois de negociar os ajus-

tes, a obra deve demorar cerca de dois meses para ser feita. "Ofereci meu e-mail para as pessoas mandarem suas reclamações e sugestões. É importante esse momento de apresentar a proposta para a população, para que haja um entendimento melhor da comunidade sobre por que o projeto é de uma forma e não de outra", explica Vigna.

Na criação da ciclovia da rua José do Patrocínio, a EPTC agiu utilizando o mesmo método e realizou quatro reuniões com os moradores da área. "Assim, conseguimos fazer ajustes até mesmo depois do fim da obra, como a questão de onde e quando é autorizado o estacionamento de carros", destaca.

Conforme Vigna, somente após integrar os diversos trechos de ciclovia construídos pelos bairros centrais da Capital será possível saber se os moradores irão aderir, de fato, ao uso de bicicletas como meio de transporte. "Existe aquela máxima, de 'faça as ciclovias, que a população virá'. Nós acreditamos muito e apostamos nisso, mas só poderemos avaliar, de verdade, quando ligarmos todo o trajeto", comenta o gerente.

Além da ciclovia do bairro Santa Cecília, também falta o trajeto que vai da avenida Erico Veríssimo até a rua José de Alencar, conectando na orla da Guaíba, novamente, pela rua A, próxima ao estádio Beira-Rio.

CLIMA

Chuva volta ao Rio Grande do Sul, mas permanece por pouco tempo

O Rio Grande do Sul registrou ontem o retorno da chuva. Contudo, as características não são as mesmas da que causou, há duas semanas, transtornos em diversos municípios. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), nesta sexta-feira, o tempo deve ficar nublado a parcialmente nublado no

Estado, com pancadas de chuva no Nordeste.

A instabilidade, no entanto, não perdura, se afastando do território gaúcho e mantendo somente algumas nuvens no céu tanto no sábado quanto no domingo. Mesmo assim, a chuva servirá para fazer com que a temperatura quente registrada nos últimos dias dimi-

nua. A previsão é de que as marcas no Estado girem entre 5 e 18 graus nesta sexta-feira, 2 a 18 graus no sábado e 4 a 23 graus no domingo. Em Porto Alegre, os termômetros se mantêm um pouco mais elevados, com 12 a 16 graus na sexta-feira, 7 a 16 graus no sábado e 8 a 19 graus no domingo.